**Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS**

**Notas explicativas às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(Valores expressos em milhares de Reais, ou de outra forma quando indicado)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

Constituída em 18 de outubro de 1993, a Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS, doravante denominada “Companhia”, é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual n.º 12.010 de 05 de outubro de 1992, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, a distribuição e a comercialização de gás combustível e a prestação de serviços correlatos no Estado do Ceará.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado do Ceará, conforme contrato de concessão celebrado em 30 de dezembro de 1993.

**NOTA 2. BASE DE PREPARAÇÃO**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, contemplando as modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09 e pela Lei n° 11.638/07 que alteraram a Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, regulamentadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

**NOTA 3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais, os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTA 4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetem os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas estimadas no recebimento de créditos (Nota 36), a provisão para contingências (Nota 23), impairment (Nota 6), diferido (Nota 12) e arrendamento (Nota 17). Os resultados dessas transações e informações, quando de sua realização em períodos subsequentes, podem divergir das estimativas.

**NOTA 5. IMPACTOS DA COVID-19**

Um dos temas de maior relevância na atualidade é o impacto do Covid-19 nas operações das empresas no que se refere à continuidade operacional, aos impactos na recuperabilidade dos ativos, no lucro, entre outros.

No contexto nacional, segundo o Relatório De Acompanhamento Fiscal divulgado pela Instituição Fiscal Independente (IFI), no Boletim Focus, a média das previsões para o crescimento do PIB em 2022 está em 0,3%. Segundo Boletim Focus do Banco Central, a perspectiva para o PIB de 2021 alcançou 4,5% no dia 14 de janeiro. Em relação à economia cearense, de acordo com Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) o PIB do Ceará tem uma projeção de crescimento de 6,24%.

Em relação a CEGÁS, o volume de venda de 2021 foi 2% maior em relação ao previsto e 29% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. Se considerarmos o volume ex-térmico, houve redução de 9% em relação ao previsto e 13% maior em relação ao mesmo período do ano anterior. Quanto ao impacto no lucro da Companhia, houve aumento de 112% em relação ao previsto e 96% em relação ao mesmo período do ano anterior. Pode-se perceber que, mesmo com a redução do volume ex-térmico de vendas, que impactou diretamente na margem, o lucro da Companhia foi maior que o orçado, devido, principalmente, ao reconhecimento do *Take or Pay – TOP* de um dos clientes industriais da Companhia, que acumulou, durante a vigência do contrato, o montante de R$ 19.936, sem possibilidade de recuperação a partir de janeiro de 2021. Assim, houve impacto positivo no EBITDA no montante R$ 18,1 milhões e no Lucro Líquido de R$ 15,5 milhões. Além disso, com o trânsito em julgado da ação que questionava a inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST na base de cálculo do PIS/COFINS, a qual teve decisão favorável a CEGÁS, houve reconhecimento de, aproximadamente, R$ 63.056 (principal – R$ 36.749 / atualização monetária – R$ 26.307).

Assim, a pandemia causada por Covid-19 não deve impactar na continuidade operacional da empresa, uma vez que a margem praticada pela Companhia é capaz de cobrir suas despesas e custos e ainda gerar lucro. A Companhia não identificou impactos relevantes na recuperabilidade de seus ativos, uma vez que a capacidade de geração de caixa futura do Intangível é superior ao valor contábil (valor histórico) que está registrado, não sendo reconhecida nenhuma perda por redução do valor recuperável. Quanto à expectativa de recebimento dos títulos a prazo, a Companhia também não identificou impactos relevantes no recebimento de tais títulos.

**NOTA 6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação em contrário.

1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem caixa, depósitos bancários, aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses ativos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, dependendo do resultado obtido e de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras.

1. APLICAÇÃO FINANCEIRA

Incluem aplicações financeiras de curto prazo de média liquidez, cujos vencimentos originais são superiores a três meses, sendo, após este prazo de carência, mantidas para negociação pela Companhia.

1. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERDAS ESTIMADAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS

São registradas no balanço pelo valor nominal os títulos representativos de créditos, sendo classificadas no ativo circulante e não circulante.

A perda estimada no recebimento de créditos é calculada por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. Para tanto, aplica-se os critérios de análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, de análise técnica pormenorizadas dos títulos e de análise de mercado, conforme NBC TG 48 (Instrumentos Financeiros).

1. ESTOQUE

Os estoques de almoxarifado representam materiais e peças para alocação na manutenção de sua rede de distribuição e equipamentos, refletindo o plano de negócios da Companhia para os exercícios seguintes. A Companhia mantém também estoque de gás natural, que representa o volume de gás armazenado na tubulação após as operações de compra e venda de gás no período. Ambos os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado.

1. CONTRATO DE CONCESSÃO

Foi observada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), correspondente à ITG 01 (R1), que orienta as empresas Concessionárias de Serviços Públicos a registrarem o direito de exploração relacionado ao contrato de concessão em suas demonstrações financeiras quando da ocorrência da seguinte situação: o Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços o Concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. Desta forma, a Companhia reconheceu como intangível, em substituição ao imobilizado relativo à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás.

Nos termos do contrato de concessão de distribuição de gás canalizado, que estão ao alcance do ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviços para o poder concedente quando constrói ou melhora a infraestrutura usada para prestar um serviço público por conta própria ou através de terceiros. Ao prestar o serviço, o concessionário deve mensurar e reconhecer a receita dos serviços que presta de acordo com o NBC TG 47.

A construção da infraestrutura é considerada como prestação de serviços ao Poder Concedente, sendo que a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, tendo em vista que não existe margem definida no Contrato de Concessão para esse serviço.

Essa prestação de serviço gera ao concessionário o benefício de poder cobrar do usuário do serviço, via tarifa, o retorno do valor dispendido. Ao final do período da concessão, especificamente nos últimos 10 (dez) anos, quando não será mais possível a recuperação dos investimentos via tarifa, a concessionária registrará, como ativo financeiro a ser indenizável pelo poder concedente, os valores residuais de investimentos realizados na construção da infraestrutura.

1. ATIVOS INTANGÍVEIS

Para os Ativos Intangíveis, foi observada a NBC TG 04 (R4), a qual define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos. A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, os valores referentes à construção de infraestrutura e à aquisição de bens necessários para a prestação dos serviços de distribuição de gás, a qual é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada equivalente.

Em atendimento ao ICPC 01 (R1), o Intangível decorre do Contrato de Concessão, e o seu montante é constituído pelo somatório dos valores desembolsados para a construção da infraestrutura e aquisição de bens necessários à prestação dos serviços de distribuição de gás, conforme divulgado naNota 19. A taxa para a amortização do Intangível é estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, que estabelece o prazo de 10 (dez) anos, estando, portanto, o método da amortização fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamentos Técnicos do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade da Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

As amortizações dos itens que compõem o Intangível foram calculadas pelo método linear, e taxas anuais descritas na Nota 19.

1. REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (VRA) – (*Impairment*)

Para o VRA, foi observada a NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a sociedade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas, que poderá ser revertida. Não identificamos evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

1. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Para as Subvenções e Assistências Governamentais, foi observada a NBC TG 07 (R2), a qual define o procedimento a ser aplicado na contabilização e na divulgação de subvenção governamental e na divulgação de outras formas de assistência governamental. Considerando o disposto na referida NBC TG, a Companhia registrou, diretamente no resultado do exercício pelo regime de competência, os incentivos fiscais decorrentes de doações ou subvenções governamentais recebidas.

1. TRIBUTOS

A provisão para imposto de renda é constituída sobre o lucro real à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, conforme legislação em vigor. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9% do lucro contábil ajustado, conforme legislação em vigor.

Além dos tributos normalmente incidentes sobre o lucro do período, foram reconhecidos no resultado os efeitos das diferenças temporais entre o regime contábil da apropriação de receitas e despesas e o seu regime tributário, de acordo com a NBC TG 32 (R4).

O ICMS é calculado mediante aplicação da alíquota de 18% calculada sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal. No entanto, conforme define a legislação estadual, as operações de aquisição de gás natural são tributadas por substituição tributária e os supridores devem efetuar o cálculo e recolhimento do tributo considerando as margens de valor agregado estabelecidas no Decreto 24.569/1997.

1. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior, a Companhia contabilizou juros sobre capital próprio como despesa financeira. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras e em atendimento à Deliberação CVM nº 207/96, esses juros foram reclassificados de despesa financeira para lucros acumulados, não produzindo efeito no lucro líquido a não ser pelos impactos fiscais.

1. DIVULGAÇÕES SOBRE PARTES RELACIONADAS

Para as Partes Relacionadas, foi observada a NBC TG 05 (R3), a qual estabelece que as demonstrações financeiras da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

1. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

Foram observadas as orientações da NBC TG 03 (R3) no que se refere à apresentação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa de uma entidade por meio de demonstração que classifique os fluxos de caixa do exercício por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras divulgadas ao final de cada período.

1. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos da NBC TG 09, a qual é apresentada como informação financeira adicional e tem por finalidade evidenciar as riquezas geradas pela entidade e a forma como tais riquezas foram distribuídas em determinado período.

1. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Foi observada a NBC TG 25 (R2), a qual reconhece uma provisão em função de um evento passado que gera uma obrigação possível, estimada de maneira confiável e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, sendo provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidá-la.

As provisões para passivos contingentes são constituídas com base em pareceres jurídicos que classificam as contingências com perspectiva de perda provável, assim como os depósitos relativos às contingências. Se classificadas como de perda possível, são evidenciadas em nota explicativa. Quando a possibilidade de perda é remota, não há tratamento nas Demonstrações Contábeis.

1. AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP)

Para o Ajuste a Valor Presente, foi aplicada a NBC TG 12, que estabelece os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo, no momento inicial em que tais ativos e passivos são reconhecidos, bem como nos balanços subsequentes.

1. RECEITAS

Para a Receita, foi aplicada a NBC TG 47 que estabelece um modelo para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes.

O princípio fundamental da NBC TG 47 (IFRS 15) consiste em a entidade reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens e serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

• Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com o cliente;

• Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato;

• Passo 3: Determinar o preço da transação;

• Passo 4: Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato;

• Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

De acordo com este Pronunciamento, a entidade reconhece a receita quando (ou se) a obrigação de performar for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

Neste sentido, a CEGÁS reconhece receitas oriundas principalmente das seguintes fontes:

• Venda de gás canalizado;

• Prestação de serviços de movimentação de gás de autoprodutor; e

• Receitas de Construção.

A Companhia avaliou as principais fontes de receita da entidade, conforme discriminado acima, e entende que elas representam obrigações de desempenho distintas, as quais deverão ser reconhecidas no determinado momento em que a entrega do gás e/ou o serviço é realizado.

Quanto às Receitas de Construção, a orientação OCPC 05 (CTG 05) – Contratos de Concessão – determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidenciação das receitas de construção. Perante o Poder Concedente, essas receitas são reconhecidas na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer margem de lucro.

1. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS – RECONHECIMENTO E DESRECONHECIMENTO

A Companhia reconhece um ativo e um passivo financeiro inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos na seguinte categoria: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e outros passivos financeiros.

A Companhia reverte o reconhecimento de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia reverte o reconhecimento de um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalente de caixa, contas a receber e crédito de gás. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores e empréstimos e financiamentos.

1. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações relativas a benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de bonificação em dinheiro ou de participação nos lucros, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

1. ARRENDAMENTOS

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o benefício econômico de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na qualidade de arrendatária, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Nesse contexto, a CEGÁS reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

Em consonância com a NBC TG 06 (R3), são avaliados os critérios para reconhecimento, mensuração e divulgação de arrendamento, considerando a essência econômica ao invés da forma jurídica, a materialidade e o prazo do contrato para determinar se haverá o seu reconhecimento. A CEGÁS optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**NOTA 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

As disponibilidades da Companhia não absorvidas nas atividades operacionais ou de investimentos são mantidas em aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras têm diversos vencimentos, podendo ser resgatadas a qualquer tempo. Os valores aplicados estão acrescidos dos rendimentos até a data do encerramento dos períodos, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **APLICAÇÃO** | **REMUNERAÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Caixa |  |  | 1 | 1 |
| Bancos |  |  | 69 | 513 |
| **TOTAL DE CAIXA E BANCOS** | | | **70** | **514** |
| Aplicações Financeiras |  |  |  |  |
| Banco do Brasil | FUNDO BB | 84,57% do CDI | 31 | - |
| Banco do Nordeste | CDB | 99,5% a 101% CDI | 66.090 | 89.253 |
| Banco Safra | BOX-DI | 100% a 104,5% CDI | 29.079 | 19.040 |
| Caixa Econ. Federal | CDB e FUNDO CEF | 101% do CDI | 219 | 210 |
| Bradesco | Debêntures | 99% do CDI | 838 | 845 |
| **TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | | | **96.257** | **109.348** |
| **TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** | | | **96.327** | **109.862** |

**NOTA 8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

Abaixo, demonstramos as aplicações de curto prazo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **APLICAÇÃO** | **REMUNERAÇÃO** | **2021** | **2020** |
| **Aplicações Financeiras Circulante** | | | | |
| Banco Safra | BOX-DI | 100% CDI | - | 13.284 |
| **TOTAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS** | | | **-** | **13.284** |

**NOTA 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

A Companhia, seguindo as melhores práticas de governança, bem como a NBC TG Nº 05 (R3), segregou da rubrica “contas a receber de clientes” os montantes obtidos com partes relacionadas.

A Companhia também realizou análise dos valores objeto de ações de cobrança judicial e reclassificou para o Não-Circulante os montantes cujas expectativas de recebimentos ultrapassam o exercício social.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Contas a Receber de Clientes | 54.634 | 26.486 |
| (-) Perda c/ devedores duvidosos | (54) | (58) |
| **Contas a Receber de Clientes** | **53.127** | **25.135** |
| **Contas a Receber com Partes Relacionadas** | **1.453** | **1.293** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Contas a Receber de Clientes | 25.277 | 25.299 |
| (-) Perda c/ devedores duvidosos | (2.341) | (2.268) |
| **Contas a Receber de Clientes** | **22.936** | **23.031** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – CIRCULANTE** | | | |
| Saldo em 2020 | Adição | Baixa | **Saldo em 2021** |
| (58) | (24) | 28 | (54) |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **QUADRO MOVIMENTAÇÃO PERDA DEVEDORES DUVIDOSOS – NÃO CIRCULANTE** | | | |
| Saldo em 2020 | Adição | Baixa | **Saldo em 2021** |
| (2.268) | (122) | 49 | (2.341) |

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. O prazo médio de recebimento das vendas é de 16 (dezesseis) dias.

As Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos foram constituídas com base na análise das duplicatas e valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização, segundo critérios definidos pela administração, como: análise histórica dos recebimentos de títulos da empresa, análise técnica pormenorizadas dos títulos e análise de mercado, excluindo-se as antecipações contratuais restituíveis (penalidades) refletidas como adiantamentos de clientes no passivo.

Em dezembro de 2021 e 2020, as contas a receber por data de vencimento, desdobradas em venda de gás e penalidades, estavam assim representadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Venda de gás** | **2021** | **2020** |
| A vencer | 36.811 | 16.411 |
| Vencidas em até 30 dias | 1.277 | 5.825 |
| Vencidas entre 31 e 365 dias | 132 | 584 |
| Vencidas há mais de 365 dias | 1.231 | 1.285 |
| **Subtotal** | **39.451** | **24.105** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Penalidades** | **2021** | **2020** |
| A vencer | 16.432 | 2.373 |
| Vencidas em até 30 dias | - | - |
| Vencidas entre 31 e 365 dias | 6 | - |
| Vencidas há mais de 365 dias | 24.022 | 24.014 |
| **Subtotal** | **40.460** | **26.387** |

**NOTA 10. CONTAS A RECEBER DE PARTES RELACIONADAS**

A Companhia segregou das contas a receber no Ativo Circulante, conforme já evidenciado na Nota 9, os valores referentes a transações com partes relacionadas. No quadro abaixo, destacamos a composição do contas a receber com partes relacionadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Petróleo Brasileiro S.A.(LUBNOR) (i) | 824 | 1.293 |
| Petróleo Brasileiro S.A. | 629 | - |
| **TOTAL** | **1.453** | **1.293** |

O valor registrado nestas rubricas refere-se a:

i) o valor de R$ 824 a receber da Petróleo Brasileiro S.A. (LUBNOR) decorre do contrato de uso do sistema de distribuição para movimentação de gás natural.

ii) o valor de R$ 629 a receber da Petróleo Brasileiro S.A decorre da penalidade contratual de falha de fornecimento do supridor.

**NOTA 11. ESTOQUE**

A Companhia registra o estoque de gás natural decorrente do armazenamento do produto em sua rede de distribuição canalizada. Em dezembro de 2021, o valor apurado corresponde a capacidade instalada em sua malha de gasodutos que é de 74.574 m³, multiplicado pelo custo de aquisição do Gás que é de R$ 2,1125/m³. Em dezembro de 2020, a capacidade instalada foi de 74.519 m³ e o custo de aquisição do gás foi de R$ 1,3148/m³. Os demais estoques referem-se a materiais de uso e consumo e a peças para manutenção.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **ESTOQUES** | **2021** | **2020** |
| Estoque de Gás Natural | 158 | 98 |
| Estoque de Materiais para Uso e Consumo | 250 | 143 |
| Estoque de Peças para Manutenção | 830 | 548 |
| **TOTAL** | **1.238** | **789** |

**NOTA 12. TRIBUTOS A RECUPERAR E TRIBUTOS DIFERIDOS**

Os impostos a compensar estão assim demonstrados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Saldo negativo de IRPJ | 778 | 318 |
| IRRF a Recuperar | 58 | - |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.068 | - |
| IRPJ Pago a Maior | 1.369 | 779 |
| CSLL Pago a Maior | 417 | - |
| INSS (1) | 137 | 137 |
| COFINS pago a maior | - | 2 |
| PIS e COFINS – Arrendamento IRFS 16 (CPC 06) (2) | 2.108 | 1.537 |
| ISS a recuperar | 1 | - |
| **TOTAL CIRCULANTE** | **5.936** | **2.773** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO - NÃO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| IRPJ e CSLL Diferidos (3) | 4.161 | 16.405 |
| **TOTAL NÃO CIRCULANTE** | **4.161** | **16.405** |

(1) A CEGÁS, autora de uma ação judicial junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi vitoriosa no processo em que houve o pleito da compensação de contribuições previdenciárias sobre a remuneração paga a diretores não empregados. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia reconheceu o ativo assim como a atualização do crédito, conforme a decisão judicial e os ditames legais. A Companhia está aguardando a habilitação do crédito, junto à Receita Federal do Brasil, para realizar a devida compensação.

(2) A Companhia realizou o reconhecimento do arrendamento da Sede conforme descrito na Nota 18 e contabilizou o crédito de PIS e COFINS até o final do contrato em contrapartida ao lançamento do arrendamento no Ativo Imobilizado, estando este último líquido.

(3) O IRPJ e CSLL Diferidos referem-se à constituição de ativo fiscal oriundo de diferenças temporárias dedutíveis, apurados com base nos passivos contingentes conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o lucro. A Companhia mantinha IRPJ e CSLL referente à ação de exclusão do ICMS ST da Base de Cálculo do PIS/COFINS. Em 02/12/2021, a referida ação transitou em julgado, com decisão favorável à CEGÁS. Assim, em dezembro de 2021, ocorreu a reversão das diferenças temporárias dedutíveis referentes a esse processo, baixando o valor do IR e CSLL diferidos do ativo da Companhia, no montante de R$ 12.495, e reconhecida a despesa no resultado.

**NOTA 13. CRÉDITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS**

Os valores registrados nas contas Créditos nas Operações de Venda e Aquisição de Gás referem-se à aplicação de cláusulas constantes nos contratos de suprimentos da Companhia, que garantem à CEGÁS o recebimento de gás decorrente do adiantamento de valores ao Supridor correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta de fornecedores, à medida que os volumes de gás são retirados do supridor, ou levando para o resultado como despesa de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

Como os valores adiantados ao supridor confere o direito à Companhia constituído quando do adiantamento, de retirar os correspondentes volumes de gás, estes montantes estão atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social.

A composição da Conta Créditos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – ATIVO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Contrato Petrobras – Suprimento Geral (i) | 748 | 527 |
| Outros Adiantamentos | 8 | 9 |
| **TOTAIS** | **756** | **536** |

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) Contrato Petrobras – Suprimento Geral

Em setembro e em dezembro de 2021, a Petrobras emitiu cartas de crédito que serão utilizadas em operações futuras junto ao referido supridor.

**NOTA 14. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Os saldos dos depósitos judiciais estão assim demonstrados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Prefeitura Municipal de Fortaleza (1) | 12.241 | 11.501 |
| PIS sobre faturamento (2) | 11.842 | 6.812 |
| COFINS sobre faturamento (2) | 51.214 | 29.938 |
| Ação Trabalhista – Depósitos Recursais | 22 | 42 |
| Órgãos Reguladores – ANP (3) | - | 280 |
| Depósitos Judiciais Cíveis (3) | 271 | 152 |
| IRPJ Depósito Judicial (4) | 761 | 761 |
| **TOTAIS** | **76.351** | **49.486** |

(1) O valor de R$ 12.241 refere-se aos recolhimentos dos depósitos judiciais decorrentes de uma ação contra a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF onde se questiona a cobrança de valores devidos pela instalação dos gasodutos no subsolo, determinadas pela Lei nº 8.744/2003, que instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

(2) A Companhia também ingressou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando o direito de não incidência de PIS e COFINS sobre os valores do ICMS embutidos nas notas fiscais de aquisição de gás e repassados na tarifa do gás. Através de liminar concedida, a Companhia efetuou até janeiro de 2020 o depósito judicial no montante de R$ 6.812 referente ao PIS e de R$ 29.938 referente à COFINS. Em janeiro de 2020, a Justiça determinou a cessação dos depósitos mensais referente a diferenças entre PIS/PASEP e COFINS com o ICMS na base de cálculo e sem ICMS na base de cálculo por meio de Cumprimento de Sentença. Em 02/12/2021, a ação transitou em julgado, a qual teve decisão favorável a CEGÁS. O juízo proferiu despacho em 16/12/2021 com a determinação de que o depositário providenciasse a transferência dos valores depositados judicialmente à conta corrente da Companhia. Em relação à atualização monetária dos citados depósitos judiciais, enquanto se tinha a ação em andamento, tal valor se enquadrava em ativo contingente e não era reconhecido nas demonstrações, uma vez que, segundo a norma contábil NBC TG 25 (R2), “os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado”. Porém, com o desfecho da ação favorável à Companhia, o ativo relacionado deixou de ser ativo contingente e a NBC TG 25 (R2) determina que seja reconhecido nas Demonstrações Financeiras do período em que ocorrer a mudança de situação, o que implicou na necessidade de reconhecimento na competência 12/2021. Assim, o valor de R$ 26.307 foi reconhecido no resultado da CEGÁS como receita financeira em contrapartida do ativo Depósitos Judiciais. Desse montante, a quantia de R$ 5.030 corresponde a atualização monetária do PIS e a quantia de R$ 21.277 corresponde a atualização monetária da COFINS. Vale destacar que, em janeiro de 2022, o valor total de R$ 63.056 (principal + atualização) foi transferido para o caixa da Companhia, conforme determinou o juízo.

(3) A CEGÁS também realizou depósito judicial de R$ 280, em ação ordinária, referente à multa aplicada pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, e depósitos de ações cíveis, no montante de R$ 152. Em 2021, a ação contra a ANP teve seu trânsito em julgado, a qual teve decisão desfavorável à CEGÁS. Assim, o depósito judicial foi revertido em favor da ANP.

(4) O depósito judicial, no valor de R$ 761, refere-se ao processo em que a CEGÁS declara a inexistência de crédito tributário, pleiteando a autora (Fazenda Nacional) a anulação de autuação realizada por conta da não inclusão de depósitos judiciais na base de cálculo do IR e do Lucro da Exploração referente ao exercício de 2008.

**NOTA 15. DESPESAS ANTECIPADAS**

A Companhia registrou nessa rubrica pagamentos pertinentes a custos e despesas que se referem a períodos de competência subsequentes, apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. O quadro a seguir evidencia os principais tipos de despesas antecipadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Seguros dos Gasodutos | 333 | 352 |
| Seguro dos Veículos | 4 | 6 |
| Outros | 30 | 44 |
| **TOTAIS** | **367** | **402** |

**NOTA 16. DEPÓSITO REINVESTIMENTO**

A Companhia iniciou a partir do ano de 2017, a opção pelo Incentivo Fiscal de Reinvestimento do IRPJ, realizando depósitos mensais de 30% (trinta por cento) sobre o IR devido e 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios junto ao Banco do Nordeste do Brasil. O Reinvestimento beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do Imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento. Os recursos liberados devem ser incorporados ao capital da empresa no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDENE.

O pleito do incentivo fiscal referente ao exercício de 2020 foi protocolado junto à SUDENE em 29 de setembro de 2021, no montante de R$ 1.157, sendo R$ 772 correspondente ao incentivo (30%) e o restante, recursos próprios (50%) depositados pela Companhia. A diferença apresentada no quadro de 2021 para 2020, na linha “Ano Base 2020”, refere-se ao depósito da competência de 12/2020 que ocorre apenas em 01/2021, além da atualização monetária dos valores depositados.

Em relação à competência de 2021, foi efetuado depósito no montante de R$ 1.424 que contou com atualização monetária de R$ 12 no período. O quadro a seguir evidencia os valores dos depósitos de reinvestimento por competência, na posição de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Ano Base 2020 | 1.194 | 1.149 |
| Ano Base 2021 | 1.436 | - |
| **TOTAIS** | **2.630** | **1.149** |

**NOTA 17. IMOBILIZADO**

Os valores reconhecidos no Imobilizado decorrem do Arrendamento, adequando-se ao NBC TG 06 (R3). Seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a depreciação do imobilizado tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. Vale destacar que tal bem não faz parte do contrato de concessão da Companhia, não configurando um Ativo Intangível. Logo, passou a ser classificado como Ativo Imobilizado, conforme definido pelo NBC TG 06 (R3). No quadro a seguir demonstra-se a composição atual da conta:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2020** | | | | **2021**  **2020** | | |
| **Taxa** | **Custo** | **Depreciação(-)** | **Líquido** | **Custo** | **Depreciação(-)** | **Líquido** |
| Arrendamento IFRS 16 | 6,25% | 14.913 | (4.529) | 10.384 | 20.524 | (6.566) | 13.958 |
| **TOTAIS** | | **14.913** | **(4.529)** | **10.384** | **10.384** | **(6.566)** | **13.958** |

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das contas ocorrida no exercício:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2019** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2020** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2021** |
| Arrendamento – IFRS 16 | 14.000 | 913 | - | - | 14.913 | 5.611 | - | - | 20.524 |
| **TOTAIS** | **14.000** | **913** | **-** | **-** | **14.913** | **5.611** | **-** | **-** | **20.524** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2019** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2020** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2021** |
| Arrendamento – IFRS 16 | (2.854) | (1.675) | - | - | (4.529) | (2037) | - | - | (6.566) |
| **TOTAIS** | **(2.854)** | **(1.675)** | **-** | **-** | **(4.529)** | **(2.037)** | **-** | **-** | **(6.566)** |
| **LÍQUIDO** | **11.146** | **(762)** | **-** | **-** | **10.384** | **3.574** | **-** | **-** | **13.958** |

**NOTA 18. INTANGÍVEL**

Os valores reconhecidos no Intangível decorrem do Contrato de Concessão e o seu montante total é constituído pelo valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão. O montante das amortizações acumuladas está destacado pelo total. Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem entra em operação. No quadro abaixo demonstra-se a composição atual da conta Intangível:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2020** | | | | **2021** | | |
| **Taxa** | **Custo** | **Amortização (-)** | **Líquido** | **Custo** | **Amortização (-)** | **Líquido** |
| Terrenos | 10% | 676 | (605) | 71 | 676 | (642) | 34 |
| Edificações (Imóveis) | 10% | 2.821 | (1.889) | 932 | 2.821 | (2.171) | 650 |
| Móveis/Utens. | 10% | 2.575 | (1.153) | 1.422 | 2.679 | (1.411) | 1.268 |
| Veículos | 10% | 2.232 | (1.466) | 766 | 2.232 | (1.603) | 629 |
| Proc. Dados | 10% | 4.057 | (1.351) | 2.706 | 5.831 | (1.762) | 4.069 |
| Rede | 10% | 196.796 | (104.463) | 92.333 | 223.943 | (121.292) | 102.651 |
| Máqui./Equip. | 10% | 5.019 | (2.445) | 2.574 | 5.570 | (2.932) | 2.638 |
| Softwares | 10% | 11.075 | (5.938) | 5.137 | 12.027 | (6.901) | 5.126 |
| Outros | 10% | 745 | (334) | 411 | 745 | (413) | 332 |
| Obras em andamento | 10% | 34.042 | - | 34.042 | 34.453 | - | 34.453 |
| **TOTAIS** | | **260.038** | **(119.644)** | **140.394** | **290.977** | **(139.127)** | **151.850** |

No quadro abaixo apresenta-se a movimentação das rubricas da conta Intangível ocorrida no exercício:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2019** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf.** | **2020** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf.** | **2021** |
| Terrenos | 676 | - | - | - | 676 | - | - | - | 676 |
| Edificações (Imóveis) | 2.821 | - | - | - | 2.821 | - | - | - | 2.821 |
| Móveis/Utens. | 2.614 | 52 | (86) | (5) | 2.575 | 41 | - | 63 | 2.679 |
| Veículos | 2.232 | - | - | - | 2.232 | - | - | - | 2.232 |
| Proc. Dados | 2.190 | 2.099 | (232) | - | 4.057 | 1.774 | - | - | 5.831 |
| Rede | 174.129 | 415 | (1.345) | 23.597 | 196.796 | - | (1.020) | 28.167 | 223.943 |
| Máqui./Equip. | 4.591 | 448 | (20) | - | 5.019 | 548 | - | 3 | 5.570 |
| Softwares | 10.257 | 311 | - | 507 | 11.075 | 952 | - | - | 12.027 |
| Outros | 657 | 88 | - | - | 745 | - | - | - | 745 |
| Obras andam. | 35.795 | 21.537 | 664 | (23.954) | 34.042 | 28.047 | 595 | (28.231) | 34.453 |
| **TOTAIS** | **235.962** | **24.950** | **(1.019)** | **145** | **260.038** | **31.362** | **(425)** | **2** | **290.977** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **AMORT.** | **2019** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf** | **2020** | **Adição** | **Baixa/**  **Rever.** | **Transf.** | **2021** |
| Terrenos | (537) | (68) | - | - | (605) | (37) | - | - | (642) |
| Edificações (Imóveis) | (1.607) | (282) | - | - | (1.889) (1.889) | (282) | - | - | (2.171) |
| Móveis/Utens. | (977) | (253) | 72 77,00 | 5 | (1.153) | (258) | - 77,00 | - | (1.411) |
| Veículos | (1.318) | (148) | - | - | (1.466) | (137) | - | - | (1.603) |
| Proc. Dados | (1.255) | (287) | 191 | - | (1.351) | (411) | - | - | (1.762) |
| Rede | (90.131) | (14.885) | 553 | - | (104.463) | (17.258) | 428 | 1 | (121.292) |
| Máqui./Equip. | (2.026) | (437) | 18 | - | (2.445) | (487) | - | - | (2.932) |
| Softwares | (5.052) | (886) | - | - | (5.938) | (963) | - | - | (6.901) |
| Outros | (256) | (78) | - | - | (334) | (79) | - | - | (413) |
| **TOTAIS** | **(103.159)** | **(17.324)** | **834** | **5** | **(119.644)** | **(19.912)** | **428** | **1** | **(139.127)** |
| **LÍQUIDO** | **132.803** | **(7.626)** | **(185)** | **150** | **140.394** | **11.450** | **3** | **3** | **151.850** |

Em virtude da aplicação do ICPC 01 (R1), a taxa para a amortização dos itens que compõem o Intangível é a estabelecida no Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, o qual estabelece o prazo de 10 anos. O método da amortização está fundamentado no item 98B da Revisão N° 08/15 do Pronunciamento Técnico aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece a possibilidade de a Companhia determinar sua taxa em decorrência de um fator limitante predominante que é inerente ao seu ativo intangível.

Ao se avaliar a orientação da norma NBC TG 01 (R4), que define procedimentos visando assegurar que os ativos da sociedade não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, concluiu-se que não há evidências de perda no valor recuperável dos ativos da Companhia.

**NOTA 19. FORNECEDORES**

O saldo da conta Fornecedores é composto em sua maior parte pelas obrigações a pagar à Petrobras pela aquisição de gás natural, a rubrica Outros refere-se a aquisições de bens destinados à construção da rede de distribuição de gás e à aquisição de materiais e serviços para a gestão e manutenção da máquina administrativa da Companhia, conforme demonstrado abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Petrobras e GNR – Aquisição de gás natural | 77.943 | 36.608 |
| ENGEAR | 1.016 | - |
| GASCAT - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA | 951 | 2.092 |
| SERVIX INFORMATICA LTDA | 823 | - |
| CENTRAL GERA. TERMELETRICA FORTALEZA | 629 | - |
| FGS BRASIL FILIAL PERNAMBUCO | 431 | - |
| V.M. ENGENHARIA LTDA-EPP | 382 | - |
| Outros | 1.850 | 3.862 |
| **TOTAL** | **84.025** | **42.562** |

Os valores constantes na rubrica “Outros” referem-se a fornecedores de menor valor que estão pulverizados, cujo pagamento, em geral, é realizado no mês seguinte ao reconhecimento da obrigação, conforme vencimento.

**NOTA 20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **VENCIMENTO** | **CIRCULANTE** | | **NÃO CIRCULANTE** | |
| **2021** | **2020** | **2021** | **2020** |
| Contrato Rede Térmica | 2021 | - | - | 12.134 | 12.134 |
| Arrendamento – IFRS 16 | 2027 | 1.035 | 1.714 | 17.330 | 11.378 |
| **TOTAL** |  | **1.035** | **1.714** | **29.464** | **23.512** |

O Contrato Rede Térmica refere-se ao financiamento obtido junto à Petrobras, pela construção e montagem da Estação de Medição e Regulagem de Pressão e do Gasoduto de Conexão, para atendimento ao cliente Termofortaleza, no valor principal de R$ 4.896, a ser pago em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais, vencida a primeira no mês de janeiro de 2004. As parcelas estão corrigidas, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). As parcelas serão cobradas pela Petrobras quando o gasoduto construído for regularizado junto à ANP – Agência Nacional de Petróleo. Em agosto de 2019, foi assinado um Termo de Encerramento de Pendências – TEP entre Petrobras e CEGÁS com o intuito de resolver pendências decorrentes do Contrato Rede Térmica supramencionado. Acordou-se entre as partes que a quitação do contrato se dará mediante o cumprimento de obrigações previstas no TEP, bem como do pagamento do valor de R$ 12.134 atualizados pelo IGPM até o mês anterior à data do respectivo pagamento. Em dezembro de 2021, o impacto da atualização monetária no resultado seria de R$ 9.036, que totalizaria um valor a pagar de R$ 21.170. No entanto, conforme cláusula 5.1 do TEP, a eficácia do instrumento é condicionada ao adimplemento total do objeto do Termo de Compromisso decorrente do TEP celebrado entre as partes, qual seja, a conclusão, por parte da Petrobras, das adequações do Ponto de Entrega José de Alencar e a construção, a ser realizada pela CEGÁS, de Gasoduto de Distribuição para interligação do Ponto de Entrega José de Alencar à Usina Termofortaleza. Assim, o reconhecimento da atualização monetária prevista no instrumento será apropriado ao resultado na medida em que as obrigações acordadas entre as partes forem cumpridas. Segundo a Cláusula 10.1 do Termo Compromisso do TEP, o prazo para conclusão das obrigações é de até 24 meses, prorrogáveis por igual período, a contar da data de assinatura do citado documento.

A Companhia reconheceu o arrendamento referente a sede administrativa conforme descrito na Nota 17. Assim no início do arrendamento, a CEGÁS separou os pagamentos entre aluguel e demais elementos do contrato com base no seu valor justo relativo. Os custos financeiros atribuídos ao passivo foram determinados com base na taxa de juros do contrato de financiamento vigente no mercado (2,30% a.a.). Em 2021, a Companhia pagou R$ 1.092 a título de juros sobre o valor arrendado. Em abril de 2021, a Companhia renegociou os termos do contrato de locação, alterando o valor, o prazo e o índice de reajuste, que passou a ser o IPCA.

**NOTA 21. DÉBITOS NAS OPERAÇÕES DE VENDA E AQUISIÇÃO DE GÁS**

Os valores registrados na conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás referem-se à aplicação de cláusulas contratuais dos contratos dos maiores clientes industriais que efetuaram à Companhia pagamentos a título de adiantamento de valores correspondentes aos compromissos firmes de aquisição de volumes de gás.

Em consonância com as regras contratuais, esses adiantamentos são baixados contra a conta contas a receber de cada cliente à medida que os volumes de gás são retirados pelos usuários ou levando para o resultado como receita de penalidades, no caso de expirado o prazo contratual para a retirada do gás.

O contrato com o cliente Termofortaleza estabelece que os valores adiantados correspondem a volumes de gás a serem retirados. Desta forma, estes montantes são atualizados pela variação do preço do gás ao final do exercício social. Os demais valores, que estão atrelados a outras modalidades contratuais, são mantidos a valores nominais.

A conta também contempla os valores de Cauções de Clientes dado em garantia contratual. A composição da Conta Débitos nas operações de venda e aquisição de gás está demonstrada conforme segue abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Contr. de Clientes – Compromisso de retirada de gás (i) | 2.469 | 431 |
| Cauções de Clientes (ii) | 90 | 91 |
| **TOTAIS** | **2.559** | **522** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Outros Adiantamentos – Cláusula Contratual (iii) | 23.777 | 43.713 |
| **TOTAIS** | **23.777** | **43.713** |

Os valores registrados nestas rubricas referem-se a:

i) R$ 2.469 refere-se a adiantamento dos clientes de valores correspondente ao cumprimento da cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás;

ii) R$ 90 refere-se a cauções de clientes para cobrir possíveis inadimplências no pagamento das faturas de gás;

iii) R$ 23.777 refere-se à emissão de notas de débitos aplicadas a clientes em cumprimento ao disposto na cláusula contratual de compromisso firme de retirada de gás, que estão sendo objeto de ação judicial de cobrança ou cuja expectativa de desfecho se estende além do exercício social. Desta forma, foram transferidos para o Passivo Não Circulante estando composto da seguinte forma:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Cliente do Segmento Automotivo | 13.516 | 13.516 |
| Cliente do Segmento Automotivo | 8.532 | 8.532 |
| Cliente do Segmento Industrial | - | 19.936 |
| Cliente do Segmento Industrial | 1.068 | 1.068 |
| Demais clientes | 661 | 661 |
| **TOTAL** | **23.777** | **43.713** |

**NOTA 22.** **REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária e do Conselho de Administração. Em 2021, a Companhia registrou o montante de R$ 1.583 relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração e do Conselho de Administração. Em 2020, a remuneração dos administradores foi de R$ 1.336.

**NOTA 23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

As provisões para contingências registradas pela CEGÁS, com base na [NBC TG 25 (R2)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2017/NBCTG25(R2)&arquivo=NBCTG25(R2).doc) e parecer técnico da assessoria jurídica, que passaram do montante de R$ 48.603 em 2020 para R$ 12.543 em 2021 , referem-se a demandas judiciais de natureza cível, administrativa, tributária e trabalhista em que a Companhia figura como Ré.

As provisões para contingências julgadas pela Companhia com risco de perda provável estão evidenciadas no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Contingências Cíveis | 237 | 8 |
| **TOTAIS** | **237** | **8** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – NÃO CIRCULANTE** | **2021** | **2020** |
| Prefeitura Municipal de Fortaleza (1) | 12.241 | 11.501 |
| PIS sobre faturamento (2) | - | 6.812 |
| COFINS sobre faturamento (2) | - | 29.938 |
| ARCE – Agência Reguladora do Ceará (3) | 57 | 57 |
| ANP – Agência Nacional de Petróleo (3) | - | 280 |
| Contingências Trabalhistas | 8 | 7 |
| **TOTAIS** | **12.306** | **48.595** |

(1) O valor de R$ 12.241 corresponde à provisão para contingência fiscal, cobrada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF correspondente às prestações determinadas pela Lei. Nº 8.744, de 10 de julho de 2003, a qual instituiu o pagamento de prestação pecuniária obrigatória a empresas que tenham infraestrutura instalada em logradouros públicos, no espaço aéreo, no solo e no subsolo do município de Fortaleza.

(2) A partir de dezembro de 2006, a Companhia também passou a constituir uma provisão para contingência tributária, por uma possível iminência de autuação fiscal, pelo procedimento tributário de creditar-se de PIS e COFINS sobre o ICMS que é pago pela aquisição de gás natural da Petrobras por substituição tributária.

A Companhia entrou na justiça, através de uma ação declaratória, pleiteando uma declaração de inconstitucionalidade da incidência destas obrigações tributárias e, através de liminar concedida, efetuou até janeiro de 2021 o depósito judicial da obrigação constituída no montante de R$ 6.812 referente ao PIS e R$ 29.938 referente à COFINS.

Em janeiro de 2020, o Juiz Federal da 1º Vara Federal – CE proferiu a decisão sobre a ação supramencionada, dando ganho de causa à CEGÁS. Assim, autorizou a imediata cessação dos depósitos judiciais mensais que têm sido efetivados pela Companhia referentes às diferenças entre o PIS/PASEP e COFINS com o ICMS-ST na base de cálculo e sem o ICMS-ST na base de cálculo.

Além disso, foi reconhecido o direito da CEGÁS ao levantamento dos valores depositados em juízo. Todavia, a expedição de alvará ou transferência bancária foi condicionada à preclusão da matéria, assim a Receita Federal ainda teria o direito de recorrer da decisão.

Como já mencionado na nota 14, em dezembro de 2021, a ação transitou em julgado. Assim, pode-se entender que, ocorrida a preclusão da matéria em questão pelo trânsito em julgado da ação de cumprimento de sentença em 02/12/2021 e respectivo despacho em 16/12/2021 com a determinação de que a depositária providenciasse a transferência dos valores para a conta de titularidade da CEGÁS, encerrou-se por completo a probabilidade de saída de recursos para liquidar obrigação, o que implica a necessidade de reversão da provisão na competência 12/2021, conforme item 59 da NBC TG 25 (R2), que preconiza que as provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Desse modo, em dezembro de 2021, foi revertida a provisão e reconhecida a receita (reversão de contingência fiscal) equivalente a R$ 36.750, sendo R$ 6.812 correspondente ao PIS e R$ 29.938 referente ao COFINS.

(3) Os valores de R$ 57 e R$ 280 referem-se a provisões de penalidades impostas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, respectivamente. A provisão da ANP foi liquidada, uma vez que a ação teve seu trânsito em julgado em 2021, a qual teve decisão desfavorável à CEGÁS.

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é demandada referem-se, sobretudo, ao reconhecimento de vínculo empregatício e a verbas de natureza salarial.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – CIRCULANTE** | | |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Saldo Inicial | 8 | 7 |
| Constituição de Provisão no Período | 229 | 1 |
| **SALDO FINAL** | **237** | **8** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **QUADRO DE MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÃO – NÃO CIRCULANTE** | | |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Saldo Inicial | 48.595 | 47.685 |
| Constituição de Provisão no Período | (36.289) | 910 |
| **SALDO FINAL** | **12.306** | **48.595** |

Os passivos contingentes classificados, em 31 de dezembro de 2021, pela Assessoria Jurídica da Companhia como de perda possível e que não estão provisionados estão evidenciados no quadro a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **Natureza** | **Valor da Causa** |
| Trabalhista | 1.864 |
| Cível | 19.948 |
| Tributária | 3.767 |
| **SALDO FINAL** | **25.579** |

**NOTA 24. DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO E DIVIDENDOS A PAGAR**

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme determinado pela Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202 e suas posteriores alterações. E o artigo 4° do Estatuto da Companhia determina o pagamento mínimo aos titulares de ações preferenciais no montante de 6% do capital social.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios nos anos de 2021 e de 2020, líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Os dividendos adicionais propostos em dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DIVIDENDOS PROPOSTOS** | **2021** | **2020** | |
| Lucro Líquido do Exercício | 124.675 | 63.394 | |
| (-) Reserva Legal – 5% até o limite de 20% do capital | (2.528) | (2.369) | |
| (-) Reserva de Incentivos Fiscais – IRPJ | (15.625) | (12.749) | |
| **(=) Dividendos propostos** | **106.522** | **48.276** | |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido (A) | (8.059) | (7.537) | |
| (-) IRRF sobre Juros Remuneratórios do Capital Próprio | (1.146) | (1.072) | |
| **(=) Total dos Dividendos a pagar (B)** | **97.317** | **39.667** | |
|  |  |  | |
| **DIVIDENDO MÍNIMO EXIGIDO ESTATUTO SOCIAL** | **2021** | **2020** |
| Capital Social de Ações Preferenciais | 107.532 | 99.106 |
| **Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais (6%) (C)** | **6.452** | **5.946** |
| **CÁLCULO DIVIDENDO OBRIGATÓRIO LEI 6.404/76** | **2021** | **2020** |
| **(=) Base de cálculo dos dividendos propostos** | **106.522** | **48.276** |
| **Dividendo Obrigatório (25%) (D)** | **26.630** | **12.069** |
| (-) Juros sobre capital próprio líquido (A) | (8.059) | (7.537) |
| **Dividendo mínimo (D + A)** | **18.571** | **4.532** |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 12.381 | 3.021 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 6.190 | 1.511 |
| **Antecipação de Dividendo mínimo (E)** | **8.720** | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 6.452 | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 2.268 | - |
| **Dividendos Mínimos a distribuir (F)** | **9.851** | **4.532** |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 5.929 | 3.021 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 3.922 | 1.511 |
|  |  |  |
|  |  |  |
| **DIVIDENDOS MÍNIMOS EXIGIDOS** | **2021** | **2020** |
| Dividendo Mínimo Obrigatório Ações Preferenciais | 12.381 | 5.946 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 6.190 | 1.511 |
| **Total Dividendo Mínimo Exigido** | **18.571** | **7.457** |
| **Antecipação de Dividendo mínimo** | **8.720** | **-** |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 6.452 | - |
| Antecipação Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 2.268 | - |
| **Dividendos Mínimos a distribuir** | **9.851** | **7.457** |
| Dividendos mínimos Ações Preferenciais | 5.929 | 5.946 |
| Dividendos mínimos Ações Ordinárias | 3.922 | 1.511 |
|  |  |  |
| **Dividendos adicionais propostos pela Administração** | **78.746** | **32.211** |
| **Antecipação de Dividendos adicionais propostos pela Administração** | **35.059** | **-** |
| **Dividendos adicionais propostos pela Administração a distribuir** | **43.687** | **32.211** |

Segundo disposto no § 2º do art. 204 da Lei nº 6.404/76, o estatuto poderá autorizar os órgãos de administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Ainda conforme o parágrafo 2º, art. 36° do Estatuto Social da Companhia,o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existente no último balanço anual ou semestral. Estabelece ainda que fica facultado à Sociedade o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e havendo lucro em tais balanços e no balanço anual, poderá haver distribuição de dividendos, observadas as disposições de Lei, por deliberação prévia da Assembleia Geral.

Nesse contexto, na 118ª Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R$ 43.779, sendo R$ 8.720 correspondente a dividendos obrigatórios e R$ 35.059 a dividendos adicionais, conforme evidenciado no quadro anterior, que foram pagos em 03 de dezembro de 2021.

**NOTA 25. CAPITAL SOCIAL**

Em dezembro de 2021 e 2020, o capital social estava composto de 39.400.000 ações sem valor nominal, sendo 13.133.334 ações ordinárias e 26.266.666 ações preferenciais, todas de classe única, de acordo com a distribuição a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ACIONISTAS** | **Ações Ordinárias** | **Ações Preferenciais** | **Capital Votante (%)** | **Capital Total (%)** |
| Estado do Ceará | 6.698.000 | - | 51,00 | 17,00 |
| Petrobras Gás S/A – GASPETRO | 3.217.667 | 13.133.333 | 24,50 | 41,50 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda. | 3.217.667 | 13.133.333 | 24,50 | 41,50 |
| **TOTAIS** | **13.133.334** | **26.266.666** | **100,00** | **100,00** |

As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não têm direito a voto e gozam da prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

As 113ª e 117ª Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 2021 aprovaram, respectivamente, o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, no montante de R$ 662, referente ao Reinvestimento de 2018 e no montante de R$ 11.977, referente ao Lucro da Exploração de 2020, sem modificação da quantidade de ações existentes. O valor total da participação de cada sócio em dezembro de 2021 está demonstrado no quadro a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ACIONISTAS** | **% Total de Ações** | | **Vr. Das Ações Ordinárias (R$)** | | **Vr. das Ações Preferenciais (R$)** | | **Vr. Total (R$)** | |
| **2020** | **2021** | **2020** | **2021** | **2020** | **2021** | **2020** | **2021** |
| Estado do Ceará | 17,00 | 17,00 | 25.272 | 27.421 | - | - | 25.272 | 27.421 |
| Petrobras Gás S/A – GASPETRO | 41,50 | 41,50 | 12.141 | 13.173 | 49.553 | 53.766 | 61.694 | 66.939 |
| Mitsui Gás e Energia Ltda. | 41,50 | 41,50 | 12.141 | 13.173 | 49.553 | 53.766 | 61.694 | 66.939 |
| **TOTAL** | **100,00** | **100,00** | **49.554** | **53.767** | **99.106** | **107.532** | **148.660** | **161.299** |

**NOTA 26. RECEITA LÍQUIDA – VENDA DE GÁS E SERVIÇOS**

A receita líquida por natureza está demonstrada no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| **Receita Bruta** | **747.806** | **483.405** |
| Venda de Gás | 712.466 | 356.207 |
| Prestação de Serviços | 3.959 | 2.246 |
| Receita de Construção | 31.381 | 24.952 |
| **(-) Deduções da Receita Bruta** | **(199.711)** | **(123.829)** |
| Venda de Gás | (199.345) | (123.621) |
| Prestação de Serviços | (366) | (208) |
| **(=) Receita Líquida** | **548.095** | **359.576** |
| Venda de Gás | 513.121 | 332.586 |
| Prestação de Serviços | 3.593 | 2.038 |
| Receita de Construção | 31.381 | 24.952 |

Nas deduções da Receita Bruta, foi considerado o Decreto nº 24.569/97, do Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria da Fazenda, que determina atribuir à Companhia a condição de sujeito passivo por substituição tributária, nas operações de aquisição de gás natural.

**NOTA 27. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS POR NATUREZA**

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados por natureza estão demonstrados no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Custo de Aquisição do Gás Natural | (418.220) | (243.846) |
| Custo de Pessoal | (4.801) | (3.995) |
| Custo dos Serviços Prestados | (4.251) | (3.381) |
| Custo de Aquisição de Materiais | (125) | (269) |
| Custo de Amortização Operacional | (16.329) | (14.134) |
| Custo de Construção | (31.381) | (24.952) |
| Outros | (564) | (705) |
| **TOTAL** | **(475.671)** | **(291.282)** |

**NOTA 28. DESPESAS POR NATUREZA**

As despesas por natureza de gastos estão demonstradas no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESPESAS POR NATUREZA** | **2021** | **2020** |
| Despesa de Pessoal | (16.099) | (10.997) |
| Despesas dos Serviços prestados | (4.847) | (5.851) |
| Despesas de Aquisição de Materiais | (135) | (91) |
| Despesas de Amortização Administrativa | (4.277) | (3.751) |
| Despesas Gerais e Administrativas | (4.074) | (3.359) |
| Despesas Tributárias (1) | (12.800) | (4.977) |
| **TOTAL** | **(42.232)** | **(29.026)** |

(1) Em 2021, houve reconhecimento de ICMS oriundo da aquisição de gás natural veicular no montante de R$ 6.035. Além disso, houve a incidência de PIS/COFINS sobre a Receita de Take or Pay não recuperável de clientes no montante de R$ 1.913 e sobre atualização monetária do depósito judicial de PIS/COFINS, comentado na Nota 14, no montante R$ 1.223.

**NOTA 29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS**

Outras Receitas Operacionais referem-se às penalidades originadas por aplicação de cláusulas contratuais com os clientes. As Outras Despesas Operacionais são penalidades concernentes ao contrato de compra e venda de gás com o supridor Petrobras e Perdas Estimadas no Recebimento de Créditos. As Outras Receitas e Despesas estão discriminadas no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – RECEITAS (A)** | **2021** | **2020** |
| Penalidade de retirada de gás a maior e a menor | 4.915 | 4.907 |
| Penalidade de transporte de gás térmico *(Ship or Pay)* | 94.293 | 160.897 |
| Penalidade de Falha de fornecimento | 560 | 312 |
| Penalidade de retirada de gás (Binomial) | 13 | 93 |
| Multa Contratual | 14 | - |
| Receita capacidade de transporte | 5.555 | 2.694 |
| Receita variação preço gás | - | 3.710 |
| Reversão provisões contingências trabalhista/cíveis | 280 | 81 |
| Reversão provisões contingências fiscais **(2)** | 36.750 | - |
| Receita de *Take or Pay* térmico | 17.412 | 22.175 |
| Outras receitas operacionais **(1)** | 20.756 | 2.196 |
| **Total de Outras Receitas Operacionais (total A)** | **180.548** | **197.065** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – DESPESAS (B)** | **2021** | **2020** |
| Penalidade de retirada a maior e a menor | (405) | (347) |
| Penalidade de transporte de gás térmico *(Ship or pay)* | (94.293) | (160.897) |
| Despesa variação preço do Gás | - | (3.710) |
| Provisão créditos liquidação duvidosa | (146) | (407) |
| Provisão contingências trabalhistas | (1) | (6) |
| Provisão contingências cíveis | (230) | (1) |
| Perda alienação/baixa | (-) | (144) |
| Outras despesas operacionais | (110) | (318) |
| **(-) Outras Despesas Operacionais (total B)** | **(95.185)** | **(165.830)** |
| **TOTAL (A+B)** | **85.363** | **31.235** |

**1)** Nos contratos com os grandes clientes há a previsão contratual de incidência de penalidades recuperáveis Take or Pay – TOP, o qual também prevê o prazo para recuperação dessa penalidade. Findo o prazo de recuperação, tais penalidades, que são controlados no passivo da Companhia, são reconhecidas como receita. Até dezembro de 2020, um cliente industrial acumulou, durante a vigência do contrato, o montante de R$ 19.936, a título de TOP recuperável. Tendo em vista o final do contrato, a Companhia finalizou as negociações do novo contrato em janeiro de 2021, o qual não especifica nenhuma transferência de créditos de TOP ou a possibilidade de recuperação de penalidades referentes a contratos anteriores. Por esta razão, esse montante foi reconhecido no resultado da CEGÁS em janeiro de 2021, impactando o valor das “Outras receitas operacionais”, o que explica o aumento de em relação ao mesmo período do ano anterior.

**2)** Como já explicado a Nota 23, ao trânsito em julgado da ação que reclamava a inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST na base de cálculo do PIS/COFINS. Com a preclusão da matéria em 02/12/2021, com sentença favorável à CEGÁS, esgotaram-se as possibilidades de perda, o que implicou a necessidade de reversão da provisão na competência de 12/2021. Assim, foi reconhecida a receita equivalente a R$ 36.750.

**NOTA 30. RESULTADO FINANCEIRO**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Receitas Financeiras** | **2021** | **2020** |
| Receitas de Aplicações Financeiras | 4.718 | 3.522 |
| Outras Receitas Financeiras | 27.491 | 763 |
| **TOTAL** | **32.209** | **4.285** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO – Despesas Financeiras** | **2021** | **2020** |
| Juros de Financiamentos | - | (2.035) |
| Despesa Financeiras – Arrendamento | (1.093) | (1.103) |
| Outras Despesas Financeiras | (41) | (40) |
| **TOTAL** | **(1.134)** | **(3.178)** |

As Receitas Financeiras estão representadas por rendimentos de aplicações financeiras a taxas demonstradas nas Notas 7 e 8.

Na rubrica “Outras Receitas Financeiras”, está contabilizada a atualização monetária dos Depósitos judiciais referente à ação de inconstitucionalidade da incidência do ICMS ST na base de cálculo do PIS/COFINS. Como dito na Nota 14, com a preclusão da matéria da ação em dezembro de 2021, a atualização monetária deixou de ser ativo contingente e passou a ser ativo, considerando que o ganho passou a ser praticamente certo. Assim, foi reconhecida a receita de atualização monetária no montante de R$ 26.308.

**NOTA 31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Processos Judiciais com Depósitos Integrais | (12.243) | 335 |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS** | **(12.243)** | **335** |

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Efeito da CSLL** | **2021** | **2020** |
| Lucro Antes da CSLL após reversão do JRCP | 146.630 | 71.610 |
| (-) Despesas JRCP | (9.205) | (8.609) |
| Lucro Antes da CSLL | 137.425 | 63.001 |
| **(+) Adição ao lucro real** | **5.186** | **4.628** |
| Depósitos Judiciais | 740 | 985 |
| Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica/ PRONAS | 793 | 641 |
| Despesa Financeira e Amortização IFRS 16 | 3.129 | 2.778 |
| Outras | 524 | 224 |
| **(-) Exclusões** | **(65.337)** | **(2.521)** |
| Reversão de provisões não dedutíveis | (37.030) | (99) |
| Reversão de aluguéis IFRS 16 | (2.000) | (2.422) |
| Tributos com Exigibilidade Suspensa | (26.307) |  |
| **Alíquota** | **9%** | **9%** |
| Contribuição social corrente | (6.955) | (5.860) |
| Contribuição social diferida | (3.241) | 89 |
| **TOTAL** | **(10.196)** | **(5.771)** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Efeito do IRPJ** | **2021** | **2020** |
| Lucro Antes do IRPJ após a reversão do JRCP | 146.630 | 71.610 |
| (-) Despesas JRCP | (9.205) | (8.609) |
| Lucro Antes do IRPJ | 137.425 | 63.001 |
| **(+) Adição ao lucro real** | **5.406** | **4.628** |
| Depósitos Judiciais | 740 | 985 |
| Incentivos fiscais Lei Rouanet / Desportiva/ FDCA/ Fundo do Idoso/ Produção Cinematográfica | 793 | 641 |
| Despesa Financeira e Amortização IFRS 16 | 3.129 | 2.778 |
| Participação de administradores nos lucros | 220 | - |
| Outras | 524 | 224 |
| **(-) Exclusões** | **(65.337)** | **(2.503)** |
| Reversão de provisões não dedutíveis | (37.030) | (81) |
| Reversão de aluguéis IFRS 16 | (2.000) | (2.422) |
| Tributos com Exigibilidade Suspensa | (26.307) | - |
| **Alíquota** | **25%** | **25%** |
| Imposto de renda corrente | (19.349) | (16.257) |
| Imposto de renda diferido | (9.002) | 246 |
| **TOTAL** | **(28.351)** | **(16.011)** |

Conforme determina a NBC TG 32 (R3) – Tributos sobre o Lucro, foram constituídos no exercício os valores do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias dedutíveis existentes na data do balanço e, apurados com base nas provisões para riscos fiscais e passivos contingentes, sendo tais valores adicionados à base de cálculo do lucro real.

Os valores pagos correspondentes ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão demonstrados no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **2021** | **2020** |
| Imposto de Renda (IRPJ) | 2.340 | 2.690 |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) | 7.444 | 5.861 |
| **Total** | **9.784** | **8.551** |

**NOTA 32. RESERVAS DE LUCROS**

A 113ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em maio de 2021, aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, referente ao Incentivo de Reinvestimento de 2018, no montante de R$ 662 sem modificação da quantidade de ações existentes. Ainda no mesmo ano, a 117ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em dezembro de 2021 aprovou o aumento de capital, com a incorporação de reserva de incentivos fiscais, referente ao Lucro da Exploração de 2020, no montante de R$ 11.977 sem modificação da quantidade de ações existentes.

Assim, em dezembro de 2021, do total de R$ 16.396 registrados na Rubrica de Reservas de Lucro, o montante de R$ 772 corresponde ao Reinvestimento de 2020, R$ 819 corresponde ao Reinvestimento de 2021 e R$ 14.805 ao Lucro da Exploração 2021.

A rubrica reserva de lucros abrange, além da reserva de incentivos fiscais, a reserva legal, que, no ano de 2021, foi constituída conforme Nota 24 e acumula saldo de R$ 32.260.

Os valores de incentivos fiscais e reserva legal apurados estão demonstrados no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RESERVA DE LUCROS** | **2021** | **2020** |
| Incentivos Fiscais SUDENE | 16.397 | 13.411 |
| Reserva Legal | 32.260 | 29.732 |
| **TOTAL** | **48.657** | **43.143** |

**NOTA 33.  LUCRO POR AÇÃO**

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo, tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir, estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Lucro Líquido atribuído ao acionista | 124.675 | 63.395 |
| Total de Ações Ordinárias e Preferenciais (em milhares) | 39.400 | 39.400 |
| **Lucro/Ação** | **3,16** | **1,61** |

**NOTA 34. PARTES RELACIONADAS**

As transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações. Enfatiza-se que transações mercantis com a empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras são realizadas de acordo com os preços praticados pelo mercado.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados no quadro a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ANO** | **Parte Relacionada / Operações** | **Fornecedor** | **Financiamento** | **Adiant. a Fornecedor** | **Contas a Pagar** | **Contas a Receber** | **Adiant. De Fornecedor** | **Div. Mínimos (25%)** |
| **2021** | Estado do Ceará | - | - | - | - | - | - | 2.001 |
| Petrobras | 75.941 | 12.134 | 748 | - | 1.453 | - | - |
| Gaspetro | - | - | - | 21 | - | - | 3.925 |
| Mitsui | - | - | - | 22 | - | - | 3.925 |
| **2020** | Estado do Ceará | - | - | - | - | - | - | 770 |
| Petrobras | 31.588 | 12.134 | - | - | 1.293 | 527 | - |
| Gaspetro | - | - | - | 21 | - | - | 3.343 |
| Mitsui | - | - | - | 75 | - | - | 3.343 |

**NOTA 35. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens que compõem o ativo da concessão, por valores considerados pela Companhia suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os valores correspondentes à garantia de cobertura de eventuais sinistros estão evidenciados no quadro:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **DESCRIÇÃO** | **2021** | **2020** |
| Responsabilidade Civil | 20.000 | 30.000 |
| Riscos Nomeados (Incêndio) | 212.407 | 26.000 |
| **TOTAL** | **232.407** | **56.000** |

**NOTA 36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

As transações financeiras efetuadas pela Companhia são pertinentes às suas atividades econômicas, envolvendo particularmente contas a receber e a pagar, e financiamentos de cunho operacional. Esses instrumentos, devido a sua natureza, condições e prazos, têm seus valores contábeis registrados nos balanços patrimoniais próximos aos valores de mercado.

**Gerenciamento dos riscos financeiros**

A CEGÁS possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito (ii)

- Risco de Liquidez (iii)

- Risco de Mercado (iv)

**(i) Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Auditoria Estatutária, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS. O Comitê reporta periodicamente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da CEGÁS são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pela Coordenadoria de Auditoria Interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria. Compondo ainda a estrutura de gerenciamento de risco, a Coordenadoria de Riscos e Conformidade é responsável por propor políticas de conformidade e gerenciamento de riscos para a Companhia, além de verificar a aderência da estrutura organizacional e dos processos, produtos e serviços da Companhia às leis, aos normativos, às políticas e diretrizes internas e aos demais regulamentos aplicáveis.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalente de caixa. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e por contas a receber em 31 de dezembro de 2021.

A CEGÁS está exposta a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar este risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Uma análise de redução ao valor recuperável é efetuada a cada data de reporte  
usando uma matriz de provisão para avaliar as perdas de crédito esperadas. As taxas foram baseadas na análise histórica de recebimento de créditos da Companhia, à análise técnica pormenorizadas dos títulos e à análise de mercado. O cálculo reflete a probabilidade ponderada de perda, aplicando-se o índice de provisão de perda sobre o valor dos créditos abertos por categoria. As penalidades contratuais recuperáveis e os créditos oriundos de operações com a térmica foram desconsideradas devido as particularidades e baixo risco desses tipos de operações. Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição de crédito nas contas a receber da Companhia em dezembro de 2021, utilizando-se de uma matriz de provisão.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Classificação dos créditos por data de vencimento** | **a vencer** | **Até 30 dias** | **Entre 30 e 365 dias** | **Maior que 365 dias** |
| Valor total a receber | 26.705 | 1.277 | 138 | 2.341 |
| Índice de perda de crédito esperada | 0,0074% | 0,1277% | 36,23% | 100% |
| **Perda de crédito esperada** | **2** | **2** | **50** | **2.341** |

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, despesas operacionais e pagamentos de dividendos.

A abordagem da CEGÁS na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O quadro a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **2021** | **Valor Contábil** | **Até 12 meses** | **1 - 2 anos** | **3 - 5 anos** |
| Fornecedores | 84.025 | 84.025 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 30.499 | 1.035 | - | 29.464 |
| Outras contas a pagar | 4.746 | 4.746 | - | - |
| **Total** | **119.270** | **89.806** | **-** | **29.464** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **2020** | **Valor Contábil** | **Até 12 meses** | **1 - 2 anos** | **3 - 5 anos** |
| Fornecedores | 42.562 | 42.658 | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 25.226 | 1.714 | - | 23.512 |
| Outras contas a pagar | 2.861 | 2.861 | - | - |
| **Total** | **70.649** | **47.233** | **-** | **23.512** |

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Todas as aplicações financeiras da Companhia são curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor

**37. EVENTO SUBSEQUENTE**

A CEGÁS possui contrato de compra de gás firme inflexível com a PETROBRAS de 520.000 m³/dia de gás de natural com vigência até dezembro de 2021. Visando a diversificar as fontes supridoras de gás natural e buscar preços mais competitivos para obter condições mais favoráveis de desenvolvimento da região, a Companhia lançou Chamada Pública em setembro de 2020 para o suprimento de gás a partir de 2022, com prazo de entrega das propostas em 2021. No entanto, a Chamada Pública realizada não obteve êxito, uma vez que os supridores que foram declarados vencedores declinaram da sua participação.

Assim, em novembro de 2021, a PETROBRAS enviou nova proposta comercial para o fornecimento de gás natural para os próximos anos. Os produtos ofertados na proposta citada implicariam aumento significativo do custo médio ponderado, redução da competitividade e, por conseguinte, possível redução de vendas.

Diante de tal cenário, a Companhia ajuizou, tendo o Estado do Ceará como assistente, Tutela Provisória em Caráter Antecedente em dezembro de 2021, pleiteando a manutenção integral, pelo prazo de 6 (seis) meses, da vigência e de todos os efeitos do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrado entre CEGÁS e PETROBRAS, vigente em 2021. Tal pleito foi concedido via Mandado de Segurança ainda em dezembro de 2021 e, desde então, a Companhia encontra-se em disputa judicial com a PETROBRAS quanto ao contrato de fornecimento do gás natural e em busca de alternativas junto a outros supridores para atender a necessidade do combustível em relação aos usuários do Estado do Ceará.

No período de preparação dos relatórios contábeis, a Companhia continua com a disputa judicial iniciada em dezembro sobre o contrato de suprimento, acrescida de disputa arbitral iniciada pela PETROBRAS sobre o mesmo tema.

**38. APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELA ADMINISTRAÇÃO**

A Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou o envio das Demonstrações para os Auditores Independentes em 04 de fevereiro de 2022 e autorizou a divulgação das Demonstrações Financeiras em 08 de março de 2022.

|  |  |
| --- | --- |
| Hugo Santana de Figueirêdo Junior | Fábio Augusto Norcio |
| Diretor Presidente | Diretor Adm. e Financeiro |
|  |  |
|  |  |
| Enaldo Cezar Santana Valadares | Mardônio Barbosa da Silva |
| Diretor Técnico e Comercial | Contador CRC-CE 019178/O-8 |